

PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAOCRIM

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
CRIMINAL



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sório

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORA-GERAL

Maria Neves Feitosa Campos

VICE-CORREGEDOR-GERAL

Luiz Alcântara Costa Andrade

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

Fabício Bello Soares

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira – Residente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADOR

André Clark Nunes Cavalcante

COORDENADORES AUXILIARES

Gustavo Santos Gomes de Souza

Bismarck Soares Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

Camilla Karla Barbosa Siqueira

Karla Mara Mesquita Feitosa de Moura

Lucas Ribeiro Brito

Alexandre Mayk Silva Araújo - Técnico Ministerial

Ana Vanessa Lima de Oliveira - Residente em Direito

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO.....	5
PALAVRA DO CAOCRIM	5
METODOLOGIA	7
DIAGNÓSTICO	8
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOCRIM.....	9
PROGRAMA CONVERGÊNCIA.....	13
MAPAS ESTRATÉGICOS.....	14
CONCLUSÃO.....	15

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional.

Os Planos de Atuação constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

Além de fortalecer a cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e com vistas ao fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

PALAVRA DO CAOCRIM

O diagnóstico nos oferece uma fotografia consistente da realidade institucional e confirma o que a atuação cotidiana indicava: temos um Ministério Público presente, comprometido e atuante, que enfrenta desafios crescentes diante da complexidade da criminalidade organizada, da fragilidade de fluxos internos, da necessidade de qualificação probatória e da necessidade de aperfeiçoamento de estruturas de apoio em áreas sensíveis da investigação, persecução e execução penal.

As demandas convergem para os seguintes eixos: inteligência e dados; enfrentamento a facções em microterritórios críticos; proteção a vítimas; eficiência da atuação criminal;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

fortalecimento do Tribunal do Júri e aperfeiçoamento da execução penal. Isso demonstra maturidade institucional do diagnóstico e nos permite transformar percepção dispersa em planejamento estratégico.

Chama atenção a forte dependência, em muitas unidades, de soluções locais e pouco elaboradas para suprir lacunas de estrutura, de sistemas e de integração. Há experiências qualificadas na base, mas pouco sistematizadas. Nosso papel, como CAOCRIM, inclui identificar essas boas práticas, organizá-las, validá-las e transformá-las em orientação institucional replicável.

Outro ponto que o diagnóstico evidencia é a mudança do cenário probatório, pois em contexto de domínio social estruturado a prova testemunhal perde espaço para provas técnicas e documentais. Essa realidade impõe ao Ministério Público a necessidade de investir em inteligência, análises de grades massas de dados, extração de dados, preservação da cadeia de custódia, integração com as polícias e uso qualificado de informações para que a persecução penal seja efetiva e segura.

Na área de proteção às vítimas, o diagnóstico evidencia que há atuação intensa, mas com protocolos insuficientemente institucionalizados. Isso exige do CAOCRIM e do MPCE uma resposta que una acolhimento, informação, atuação em rede, prevenção da revitimização e estabelecimento de procedimentos operacionais padronizados, especialmente em casos de risco de violência ou grave ameaça.

Nossa perspectiva de atuação é organizar esse conjunto de necessidades em um plano com capacidade real de entrega. Não se trata apenas de produzir orientações, mas de construir instrumentos práticos que sejam efetivamente utilizados de maneira eficaz pelos diferentes órgãos de execução com atribuição criminal. O CAOCRIM deve ser indutor de soluções que fortaleçam a atuação finalística e consolidem uma resposta ministerial mais uniforme, resolutiva e protetiva, segundo melhores práticas nacionais e internacionais.

O diagnóstico indica a necessidade e a oportunidade de se alinhar prioridades, estruturar projetos estratégicos, reduzir retrabalho, qualificar a prova, proteger melhor as vítimas e ampliar a efetividade do Ministério Público na resposta à criminalidade no Estado do Ceará. É com base nele que vamos construir, de forma colaborativa, um Plano Geral de

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Atuação mais aderente à realidade social e mais capaz de produzir impacto benéfico sensível na segurança pública e na aplicação da justiça.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma Microsoft Forms (Microsoft 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas de Segurança e Justiça e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz SWOT, possibilitando a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano.

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área de Segurança e Justiça.

DIAGNÓSTICO

Os achados encontrados no diagnóstico não são periféricos eles reforçam riscos, oportunidades e mudanças estruturais já em curso, que merecem registro explícito:

- evidenciam descompassos (atuação × estrutura);
- apontam a necessidade de mudança de paradigma probatório;
- e confirmam a natureza transversal da política de Segurança e Justiça.

Por fim, o diagnóstico valida as prioridades descritas pelos membros:

Prioridade 1: Predomina a indicação de combate às organizações criminosas, associada à falta de mecanismos de análise de dados para produção de inteligência e integração. As respostas apontam necessidade de kits, capacitação, BI e apoio estratégico, sobretudo diante da expansão de facções e do impacto prisional.

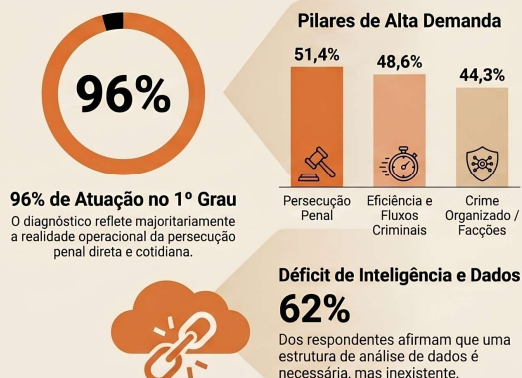
Prioridade 2: Destacam-se crimes contra a vida, com demanda por qualificação da investigação, prova técnica e apoio ao Júri. As respostas indicam dificuldades probatórias, lentidão e necessidade de integração com a Polícia Civil para maior efetividade.

Prioridade 3: Sobressaem integração, planejamento estratégico e inteligência, incluindo proteção às vítimas. As respostas evidenciam que a ausência de dados compartilhados e fluxos padronizados compromete a atuação transversal e a resolutividade

Diagnóstico Segurança e Justiça: Rumo ao PGA 2026-2027

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) realizou um diagnóstico detalhado com **70 unidades** para fundamentar o Plano Geral de Atuação (PGA) 2026-2027. O foco central é a modernização da persecução penal através de inteligência, dados e proteção eficiente às vítimas.

O Cenário das Promotorias



Prioridades Estratégicas 2026-2027



Proteção Sistêmica às Vítimas

Instituir protocolos estruturados para evitar a revitimização e fortalecer a rede de apoio.



Novo Paradigma Probatório

Priorizar provas digitais e técnicas para superar a "lei do silêncio" em territórios conflagrados.



Eficiência via Padronização

Consolidar fluxos de ANPP e criar um Núcleo Institucional de Inteligência e Dados.

© NotebookLM

PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOCRIM

EIXO TEMÁTICO: SEGURANÇA E JUSTIÇA

Propósito da Unidade

Aperfeiçoar a atuação ministerial por meio da integração de conhecimento, do desenvolvimento de soluções e do apoio a órgãos de execução e gestores, promovendo uma investigação, persecução e execução penal mais eficiente, equânime e efetiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Fortalecer o combate às organizações criminosas por meio de inteligência e atuação integrada em microterritórios críticos.

Soluções propostas

1. Contratação ou desenvolvimento de software de inteligência, investigação, extração e integração de dados em padrões internacionais.

Objetivo

Disponibilizar plataforma integrada de inteligência e análise de dados para fins de investigação, instrução e execução penal, a partir de elementos relevantes que estão pulverizados em grandes massas de dados e em diversas investigações, ações judiciais, sistemas de dados e fontes abertas.

Escopo

- Integração de bases de dados relevantes para a atividade de inteligência e investigação criminal.
- Extração, consolidação e tratamento de informações provenientes de diferentes fontes.
- Realização de análises de vínculos entre pessoas, patrimônio e eventos investigados.
- Apoio à identificação de padrões, redes de relacionamento e movimentações patrimoniais.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

- Disponibilização de recursos tecnológicos compatíveis com padrões reconhecidos de inteligência e investigação.

Indicadores de Resultado

- Implantação da plataforma;
- Quantidade de órgãos de execução que possuem acesso à plataforma;
- Quantidade de análises realizadas pela plataforma.

2. Criar uma atuação coordenada e transversal dos órgãos ministeriais cíveis e criminais em áreas de domínio territorial.

Objetivo

Promover a atuação integrada das áreas cível e criminal do Ministério Público para ampliar a capacidade institucional de enfrentamento às organizações criminosas em territórios sob domínio social estruturado (Lei nº 15.358/2026).

Escopo

- Articulação entre órgãos ministeriais com atribuições cíveis e criminais em casos relacionados ao domínio social estruturado, a fim de reduzir a influência de facções e recuperar a integralidade da soberania estatal sobre o território.

Indicadores de Resultado

- Relatórios de informações produzidos pelo grupo de intervenção do MPCE;
- Número de atuações integradas realizadas entre órgãos cíveis e criminais.
- Quantidade de prisões, regressões de regime prisional, patrimônio bloqueado e ações penais ajuizadas em razão da intervenção.

Objetivo Específico nº 2: Aperfeiçoar a atuação ministerial na proteção às vítimas.

1. Sistematizar, divulgar fluxos de atendimento às vítimas, capacitar e treinar os órgãos de execução do MPCE com atribuição criminal no atendimento e proteção a vítimas de crimes.

Objetivo

Aperfeiçoar a atuação ministerial relacionada ao atendimento de vítimas por meio da sistematização, formalização e disseminação de fluxos de atendimento às vítimas de crimes.

Escopo

- Levantamento de fluxos e práticas já adotados em unidades do MP.
- Consolidação de procedimentos operacionais padronizados conforme os perfis de vítimas.
- Produção e disponibilização de materiais orientadores.
- Divulgação institucional dos fluxos.
- Apoio à implementação pelas unidades, com reuniões de trabalho específicas com todo o corpo funcional dos órgãos de execução com atuação criminal.
- Capacitação dos órgãos de execução com atuação criminal na aplicação dos fluxos.

Indicadores de Resultado

- Quantidade de procedimentos operacionais padrão produzidos;
- Quantidade de materiais orientadores distribuídos;
- Percentual de unidades capacitadas a utilizar os fluxos padronizados de atendimento.
- Percentual de profissionais capacitados em relação ao público-alvo definido.

PROGRAMA CONVERGÊNCIA

O **Programa Convergência** constitui uma estratégia institucional de atuação integrada e coordenada, destinada a mobilizar diferentes órgãos e unidades do Ministério Público em torno de temas prioritários e de elevada relevância social. Seu propósito é promover a convergência de esforços, fomentar a cooperação interinstitucional e potencializar resultados por meio da implementação de projetos e iniciativas alinhados a um objetivo comum.

Para o ciclo de 2027, o Programa Convergência elegeu como temática prioritária o **Combate às Organizações Criminosas (ORCRIMs)**, em razão do crescente impacto dessas estruturas sobre a ordem pública, a administração pública, a atividade econômica e as instituições democráticas. O fenômeno da criminalidade organizada tem se tornado cada vez mais complexo, caracterizando-se pela diversificação de suas formas de atuação e pela busca de influência sobre espaços de poder político e decisório, inclusive no âmbito segurança e justiça.

As iniciativas priorizadas pelo CAOCRIM apresentam aderência direta ao Programa Convergência 2027 ao promoverem o **fortalecimento da inteligência criminal, a integração institucional e a qualificação da atuação ministerial em áreas estratégicas relacionadas à persecução penal e à proteção de vítimas**. A proposta de **contratação ou desenvolvimento de plataforma integrada de inteligência, investigação e integração de dados em padrões internacionais** contribui para ampliar a capacidade institucional de identificar e provar o funcionamento de facções criminosas, com seus agentes, patrimônio, crimes cometidos e modo de atuação, fortalecendo a atuação do Ministério Público no enfrentamento às organizações criminosas ultraviolentas (Lei nº 15.358/2026).

Da mesma forma, a iniciativa voltada à **atuação coordenada e transversal dos órgãos ministeriais cíveis e criminais em áreas de domínio social estruturado aperfeiçoa a resposta do MPCE** ao grave fenômeno. A medida converge com o objetivo de retomada da integralidade da soberania do Estado nos territórios sujeitos a domínio social estruturado.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

As iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento do atendimento às vítimas também dialogam com o Programa Convergência, ao reduzirem a revitimização, ampliarem a proteção institucional e fortalecerem a prestação de serviços do MPCE às vítimas de crimes.

Em conjunto, as iniciativas estruturam uma estratégia integrada baseada em inteligência tecnológica, atuação em rede para o enfrentamento de redes criminais, cooperação institucional e proteção de vítimas de crimes, elementos essenciais para ampliar a efetividade do enfrentamento às organizações criminosas e para fortalecer a atuação coordenada do Ministério Público no âmbito do Programa Convergência 2027.

MAPAS ESTRATÉGICOS

Mapa Estratégico Nacional



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação representa o compromisso do CAOCRIM com o fortalecimento da atuação ministerial criminal e com o enfrentamento qualificado das organizações criminosas, por meio da integração de conhecimento, do desenvolvimento de soluções e do apoio aos membros e gestores do Ministério Público. Construído de forma participativa e fundamentado em evidências obtidas junto aos membros da instituição, o plano traduz os principais desafios da área de Segurança e Justiça em objetivos estratégicos e iniciativas concretas voltadas à geração de resultados para a sociedade.

As ações propostas refletem a necessidade de evolução para um modelo de atuação mais integrado, orientado por dados e baseado em inteligência, combinando soluções

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

tecnológicas, articulação institucional, produção e compartilhamento de dados, padronização de fluxos e fortalecimento da proteção às vítimas. Por meio dos projetos e iniciativas definidos, busca-se ampliar a capacidade institucional de prevenir e reprimir a atuação das organizações criminosas, qualificar a produção de provas, fortalecer a integração entre órgãos ministeriais cíveis e criminais e promover respostas mais efetivas aos impactos da criminalidade organizada sobre os territórios e sobre a segurança da população.

A implementação deste plano exigirá atuação articulada entre os diversos órgãos do Ministério Público, instituições parceiras, órgãos do sistema de justiça, forças de segurança pública e demais integrantes das redes de proteção e apoio às vítimas, reconhecendo que o enfrentamento à criminalidade organizada demanda cooperação permanente e ação coordenada. Nesse sentido, os indicadores estabelecidos permitirão acompanhar a execução das iniciativas e avaliar seus resultados, garantindo maior efetividade, transparência e capacidade de aperfeiçoamento contínuo das ações desenvolvidas.

Ao final de sua vigência, espera-se que o conjunto das ações previstas contribua para uma atuação criminal mais resolutiva, uniforme e estratégica, fortalecendo o papel do Ministério Público do Estado do Ceará como instituição essencial à promoção da justiça, à proteção da sociedade, à defesa dos direitos fundamentais e ao enfrentamento efetivo das organizações criminosas. Além disso, espera-se que as iniciativas desenvolvidas contribuam para o alcance dos objetivos do Programa Convergência 2027, ampliando a integração institucional, a capacidade de inteligência e a efetividade da persecução penal no Estado do Ceará.

Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.